

APRESENTAÇÃO

O presente Dossiê **“Medicalização da/na Educação: diálogos transdisciplinares”** é resultado da colaboração de trabalhos produzidos por estudantes e profissionais que têm se indagado sobre: Medicalização da/na educação: uma epidemia de nosso tempo? Essa indagação se faz pertinente, urgente e necessária de se debruçar, com o objetivo de abrir um diálogo entre os diferentes campos de conhecimento e de protagonismos, por entender que seria um equívoco e significaria renegar os grandes serviços prestados e a possibilidade de mudança. De toda forma, é preciso dar atenção às evidências e dialogar acerca do que se mostra intensamente em desalinho: existe um processo de medicalização dos modos de ser e estar na escola. Isso é produzido socialmente e endossado pela instituição, como um agente do contexto em que ela atua.

Dando um salto para a última década, nada foi tão intenso e gerou tanto distanciamento do sujeito-criança-aluno. O diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tomou o espaço educacional brasileiro, primeiro na forma de alerta e, logo depois, como prescrição médica. E, nos últimos três anos, vimos o “desaparecimento do TDAH”, e o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) tomou todo o cenário educacional. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) dá as diretrizes para essa prática, e a Educação vem se tornando especialista em acolher seus preceitos como verdade, sem refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem, razão de seu fazer.

Até crianças da Educação Infantil têm sido encaminhadas aos consultórios, com um olhar de suspeita sobre um suposto autismo. Os modos de ser e viver no espaço escolar passaram a ser entendidos como evidência de desvio, muitas vezes associado ao TEA. Denomino esse contexto de “epidemia”, pois ele se mostra em incidência crescente, apresentando muitos casos em curto período. Assim, “autista” se tornou a forma mais comum de a escola se referir aos sujeitos descritos pelo discurso médico como TEA.

Mesmo que não cheguem a receber um diagnóstico formal, toma esse caráter o modo como esses sujeitos passam a ser tratados por seus professores. Logo, a palavra “comportamento” acaba sendo usada, na prática, como uma análise das maneiras de agir

do sujeito, abstraindo sua constituição e a rede de relações em que vive. A análise se baseia, fundamentalmente, em escalas de estimativas preenchidas por pais e professores, e muitos são rotulados precocemente. Enfim, cada vez mais, atitudes são tratadas como sintomas e acalmadas com remédios.

Pensando neste cenário, o dossiê trará temas para dar início ao diálogo transdisciplinar entre estudantes, profissionais, estudiosos e pesquisadores das diversas regiões Sul, Sudeste e Norte do país que atuam nas diferentes áreas de conhecimento. Até mesmo quem não é da área da pesquisa acerca do tema pode observar ou notar que tal tema se faz presente no círculo social, escolar ou familiar, ou seja, que conheça alguém com o diagnóstico, no seu próprio círculo familiar ou social mais próximo, como filhos, sobrinhos e filhos de amigos – ou mais distantes, como um vizinho ou um colega de trabalho, por exemplo.

Enfim, a medicalização da vida invadiu todos os espaços ocupados pelos seres humanos e, também, avançou sobre o cenário educacional. A escola se torna parte desse complexo movimento social e, assim, replica-o naturalmente, gerando uma visibilidade intensa para tudo o que o caracteriza. Podemos fazer leituras deste fenômeno que se apresenta, reconhecendo-o não apenas no simples ato de prescrever medicamentos, mas como engrenagem e máquina capaz de transformar a vida em objeto, transformando e convertendo questões cotidianas em doença.

A escola, potente espaço de absorção do que se passa na sociedade, mostra-se frágil e acolhedora a esse processo. Logo, aqueles sujeitos-crianças-alunos que deveriam merecer um olhar cuidadoso diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas e enfrentadas, ou por ter comportamentos diferentes dos que esperados, recebem conforto imediato em algum encaminhamento via escola ou, mesmo, um diagnóstico apressado. Merece pouca atenção o sujeito-criança-aluno, as tensões do aprender, as relações complexas em que sujeito-criança-aluno e professor estão inseridos.

Cada vez mais, a escola identifica um número expressivo de crianças com diagnósticos variados. Endossados pelo discurso médico, esses rótulos associam problemas da vida contemporânea, como tristeza, cansaço e agitação a conceitos de saúde, como depressão, bipolaridade, Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem

Hiperatividade (TDAH), entre outros. Na tentativa de ampliar a compreensão deste cenário, apresentamos os manuscritos que oferecem grande contribuição para a área.

O primeiro texto, de Patrícia Helena Malachowski Choueri, “*O que diagnosticamos quando avaliamos uma criança? Encontros e Desencontros entre a saúde mental e a educação*”, tem como proposta analisar as falas recorrentes trazidas pelos educadores nesses encontros, à luz de conceitos psicanalíticos, sociológicos e filosóficos, identificando o atravessamento do discurso capitalista, da biopolítica e da medicalização da vida nos diagnósticos e nas práticas educacionais. Ainda, aborda o próprio dispositivo “Fórum de Escolas”, como lugar de desconstrução do discurso instituído, de problematização do processo de desenvolvimento psicossocial e de construção de um saber transdisciplinar sobre o sujeito-criança que reempodera o professor em seu *saber-fazer* e torna a escola um lugar de encontros e possibilidades.

O texto de Monica Campos de Oliveira e Clara Powaczruk Affonso da Costa, “*Medicalização para a escola: o que se espera de uma criança?*”, traz a discussão dos fatores culturais e históricos que influenciam conceitos de normalidade e patologia, refletindo como se alteram ao longo do tempo, de modo a afetar as práticas médicas e educacionais. As autoras destacam o aumento no uso de medicamentos psicofármacos e na incidência de diagnósticos de transtornos psicopatológicos em crianças, considerando a influência das escolas na construção dessas percepções e na demanda por serviços de saúde. Assim, apresentam duas vinhetas clínicas que ilustram o impacto da lógica patologizante na experiência escolar das crianças, ressaltando a necessidade de um olhar mais crítico e menos patologizante.

O texto “*Medicalização na infância: silenciar a criança e/ou tratar o fracasso escolar? considerações psicopedagógicas*”, apresentado por Fernanda Assalim Vilela Passarelli, aborda o desenvolvimento infantil na perspectiva histórico-cultural, compreendendo seus principais aspectos, para entender como o diagnóstico de TDAH é definido. Além disso, busca compreender se a medicalização como tratamento visa silenciar o esperado para a infância e/ou tratar o sistema de ensino brasileiro, tendo em vista o despreparo e o desconhecimento dos adultos sobre desenvolvimento infantil. O estudo também aponta para a necessidade de se aprofundarem os conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, sugerindo alternativas de mediações entre adultos e crianças.

O texto “A terapia fonoaudiológica e o uso de medicamento”, de autoria de Fabiana Gonçalves explora a integração entre terapia fonoaudiológica e o uso de medicamentos em intervenções clínicas, destacando quando e como o apoio farmacológico pode ser apropriado ou não no desenvolvimento infantil.

O texto de autoria de Thais de Oliveira Lima e Cleide Vitor Mussini Batista, “*Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: superando mitos e estereótipos*”, objetiva debater a respeito de alguns mitos e visões estereotipadas em relação ao TEA ao longo do tempo. Assim, propõe uma discussão balizada pela psicanálise, em diálogo com as perspectivas atuais, com ênfase na Educação Infantil. As autoras também destacam o agravante de olhar a criança sob a perspectiva do adoecimento, principalmente os professores, e o DSM, criando um cenário de incapacidade e de falsa inclusão no ambiente escolar.

O texto produzido por Tauanne Camille de Souza e Cleide Vitor Mussini Batista, “*Crianças no contexto da Educação Infantil: diagnósticos para quê?*”, oferece uma análise crítica sobre o crescimento dos diagnósticos do TEA e recomenda a escuta ativa, o auxílio individualizado e a descredibilização de diagnósticos prontos e fechados que reduzem as crianças a meros fenômenos mercadológicos.

O texto de Thais Rodrigues Miranda Martello e Cleide Vitor Mussini Batista, intitulado “*Feche os olhos, meu bem, nada vai te acordar: nota sobre o silenciamento da criança na Educação Infantil*”, tem a pretensão de interrogar as pessoas que dedicam seus tempos cuidando de bebês e crianças nas creches, a respeito da nova onda de negligência que está acometendo a infância. Isso porque nesse contexto, o sofrimento de bebês e crianças é silenciado e aprisionado em laudos e intervenções medicamentosas.

O texto intitulado “*Como seria a condução do caso pequeno Hans atualmente?*”, escrito por Ferdinando Vinicius Domenes Zapparoli, traz o caso do Pequeno Hans, como um estudo fundamental na psicanálise, fornecendo uma aplicação prática das teorias de Freud e ilustrando a complexidade do desenvolvimento emocional infantil. A análise da fobia de Hans oferece uma visão detalhada de como os conceitos psicanalíticos podem ser utilizados para entender e tratar questões emocionais, e convocando a um questionamento: atualmente o Pequeno Hans seria escutado ou medicalizado?

O último texto “*A psicopatologização e a medicalização das infâncias - o que pode a Psicanálise frente aos efeitos de segregação?*” escrito por Halanderson Raymisson da

Silva Pereira traz algumas provocações sobre os efeitos da criança generalizada na clínica e na cidade dos discursos, mas não como se fossem lugares desconexos, mas que são infiltrados, povoados por discursos que emudecem e silenciam o sujeito-criança, tomando-o como objeto de gozo.

Sintam-se provocados.

Desejamos uma boa leitura!

Profa. Dra. Cleide Vitor Mussini Batista

 <https://orcid.org/0000-0002-2213-1496>